

PARECER Nº , DE 2022

Dispõe sobre emendas da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº (PLN) 5, de 2022.

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador NELSON TRAD (PSD/MS)

1 RELATÓRIO

Com base nos arts. 43 a 45, 87 a 91 e 126 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006¹, e da “Parte Especial” do “Relatório Preliminar com Emendas”², aprovado, na 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), realizada em 14 de junho de 2022³, esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) delibera sobre emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 (PLDO) – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº (PLN) 5, de 2022.

Foram apresentadas 31 (trinta e uma) indicações de emendas relativas ao Anexo de Prioridades e Metas e 15 (quinze) indicações de emendas de texto, respectivamente elencadas, nos Anexos A e B.

¹ <https://legis.senado.leg.br/norma/561123/publicacao/16433888>, em 21 jun. 2022.

² http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ldo/LDO2023/parpre/relpre_emendas.pdf, em 21 jun. 2022.

³ https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/atas/2022/REX/03rex_as.pdf, em 21 jun. 2022.

2.1 ASPECTOS NORMATIVOS

2.1 ASPECTOS NORMATIVOS

As emendas ao Anexo de Prioridades e Metas devem ainda ser afetas às competências regimentais da Comissão e limitadas a despesas de competência da União tal como estabelecidas pela Constituição Federal, vedadas destinações a despesas obrigatórias (indicador de resultado primário – RP 1)⁴.

Não há limite de número de emendas de texto⁶.

Nos termos dos arts. 87 a 91 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, aplicam-se às emendas ao PLDO as exigências relativas às emendas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) constantes dos arts. 43 a 45 do mesmo normativo. Nesse sentido, as emendas devem possuir “caráter institucional” e “representar interesse nacional”, vedada a destinação a entidades privadas (art. 43, I). Devem ainda respeitar o disposto no art. 47, II a V⁷, aplicáveis por força do art. 44, II.

⁵ *Idem.*

6 Segundo o Parecer Preliminar, 2.1.3, são emendas de texto as que alteram: a) Texto do Projeto; b) Anexo I – Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; c) Anexo II – Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2023; d) Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho; e) Anexo IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais; f) Anexo IV.10 - Renúncia de Receita Administrada pela RFB e Previdência; e g) Anexo IV.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado (http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ldo/LDO2023/parpre/relpre_emendas.pdf, em 21 jun. 2022).

7 RCN 1, de 2006, art. 47, "II - identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possam resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada; III - no caso de

Página 2 de 8

2.2 CRITÉRIOS GERAIS DE EMENDAS AO ANEXO

Quanto aos critérios de “caráter institucional” e “interesse nacional” previstos no art. 44, II, da RCN 1, de 2006, não mais existe restrição de emendamento da CTFC em relação a órgãos específicos da Administração, subsistindo apenas o critério genérico de que as comissões permanentes apresentam emendas “no âmbito de suas competências regimentais”⁸.

Dada a carência de interpretação autêntica com critérios específicos para avaliação do “interesse nacional”, esta Relatoria propõe que se faça tal avaliação caso a caso, à vista das circunstâncias do objeto da emenda e das suas justificativas, levando em conta ações cujo impacto se estenda a, pelo menos, mais de uma unidade da Federação.

2.3 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE EMENDAS AO ANEXO

A seleção das indicações de emendas – todas meritórias – adota como critério as preferências da Comissão, apuradas pelas convergências. Ademais, são mais relevantes atividades precípuas e eventualmente não compartilhadas com as demais comissões permanentes, além de estruturantes, de forma que as emendas da CTFC maximizem a quantidade de autores atendidos e beneficiários do orçamento federal alcançados.

projetos, contemplar, alternativamente a: a) projeto de grande vulto, conforme definido na lei do plano plurianual; b) projeto estruturante, nos termos do Parecer Preliminar, especificando-se o seu objeto e a sua localização; IV - no caso de atividades ou operações especiais, restringir-se às modalidades de aplicação 30 (trinta - governo estadual) e 90 (noventa - aplicação direta); V - em sua justificação, conter, no mínimo: a) os elementos necessários para avaliar a relação custo-benefício da ação pretendida e seus aspectos econômico-sociais; b) o valor total estimado, a execução orçamentária e física acumulada e o cronograma da execução a realizar, em caso de projeto; c) as demais fontes de financiamento da ação e as eventuais contrapartidas” (<https://legis.senado.leg.br/norma/561123/publicacao/16433888>, em 21 jun. 2022).

⁸ Pelo Regimento Interno do Senado Federal, “Art. 102-A. À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete: I - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim: [...] II - opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas: a) prevenção à corrupção; b) acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta; c) prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; d) transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos; e) difusão e incentivo, na administração pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, e apoio a Estados e Municípios para a implantação desses meios; III - opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor, especialmente: [...]” (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao/regimento-interno>, em 21 jun. 2022).

2.4 EMENDAS DE PRIORIDADES E METAS

Antes de indicarmos as propostas de emendas acolhidas, recordamos o limite máximo de três, fixado pelo Parecer Preliminar, que nos impõe a necessidade de realizarmos as presentes escolhas.

Quanto à admissibilidade, dados os critérios apresentados nos tópicos anteriores, entendemos serem todas as emendas admissíveis.

Nos termos expostos, com amparo nas informações constantes do Anexo A e dos espelhos das respectivas indicações, propomos o acolhimento das seguintes emendas da CTFC para o Anexo de Prioridades e Metas ao PLDO 2023:

TABELA ÚNICA – Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas

Critério	Objeto da emenda (ação)	Autores
Quantidade de indicações (10)	2334 - - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, com 6 indicações de acréscimo de 500 iniciativas implementadas (% de execução)	Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Irajá, Dário Berger, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra Coelho, Nelsinho Trad
Quantidade de indicações (4)	2027 - GESTÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL, com 2 indicações de acréscimo de 20 sistemas mantidos (unidade)	Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues, Irajá, Dário Berger
Quantidade de indicações (4)	2D58 - AUDITORIA INTERNA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, OUVIDORIA E CORREIÇÃO, com 1 indicação de acréscimo de 5200 ações realizadas (unidade)	Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad

Dessa maneira, a Tabela Única indica as ações com maior quantidade de indicações. Quanto às demais indicações de emendas de metas e prioridades, não obstante o seu inegável mérito, não há como acolhê-las, nesse momento, tendo em vista o limite quantitativo acima indicado.

2.5 EMENDAS DE TEXTO

Foram apresentadas 15 emendas de textos, sem vislumbre de vedação regimental relativa a critérios de admissibilidade apontados neste relatório. Atendidas as preliminares e não havendo limite das emendas de texto, acolhemos todas indicações apresentadas.

2.6 DA CONCLUSÃO

Considerando que a distribuição das emendas indicadas maximiza a intervenção da CTFC, em matérias de sua competência e com elevado alcance social, segundo preferências majoritárias, votamos pela aprovação da matéria nos termos ora apresentados.

Isso posto, votamos:

- pelo acolhimento, no mérito, das 3 indicações de Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas elencadas pela Tabela Única da Seção 2.4;
- pelo não acolhimento, no mérito, das demais indicações apresentadas relativas ao Anexo de Prioridades e Metas dado o mencionado limite quantitativo;
- pelo acolhimento, no mérito, das 15 indicações de Emendas de Texto apresentadas.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2022.

Senador NELSINHO TRAD (PSD/MS)

Relator

ANEXO A - INDICAÇÕES AO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

Descrição	Autor(a/es/as) da indicação	Quantidade de indicações
2334 - Proteção e Defesa do Consumidor*	Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Irajá, Dário Berger, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra Coelho, Nelsinho Trad	10
2027 - Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil	Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues, Irajá, Dário Berger	4
2D58 - Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição	Randolfe Rodrigues, Dário Berger, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad	4
4018 - Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli	3
2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho	2
20ZA - Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	Randolfe Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho	2
21B1 - Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	Randolfe Rodrigues	1
20ZO - Promoção, Fiscalização e Gestão do Comércio Exterior	Fernando Bezerra Coelho	1
2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção	Randolfe Rodrigues	1
21AY - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	Randolfe Rodrigues	1
210C - Promoção e Desenvolvimento da Micro e Pequenas Empresas e o MEI	Humberto Costa	1
20UF - Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados	Randolfe Rodrigues	1
	SOMA	31

ANEXO B - INDICAÇÕES DE TEXTO

N	Tipo de emenda e referência	Natureza da indicação	Ementa	Autor(es)
1	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Inserção de artigo para previsão de salário mínimo reajustado pelo INPC de 2022 mais variação real do PIB de 2021	Ganho Real do Salário Mínimo	Humberto Costa
2	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Inserção de artigo para discriminação de categoria de programação específica para recursos ao cooperativismo solidário	Garantia de Recursos para o Cooperativismo Solidário	Humberto Costa
3	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20	Inserção de dispositivos para preservação de receitas próprias, de convênios e doações, de instituições federais de ensino	Garantia de não contingenciamento das receitas próprias da Rede Federal de Ensino	Humberto Costa
4	Aditiva - Corpo da Lei, Cap VI, Art 106	Inserção de artigo para manutenção do registro contábil dos Restos a Pagar Não-Processados (RPNP) referentes às despesas decorrentes de contratos de aquisição de bens financiados por meio de operações de crédito externa, financiadas com recursos da Fonte 1449 (Operações de Crédito Externas – em bens e/ou serviços), independentemente da existência de ativo financeiro registrado na Conta Única do Tesouro Nacional	Contratos de financiamento internacional - Fonte 1449	Humberto Costa
5	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção VIII, Art 68, § 20	Inserção de parágrafo para vedação de limitação orçamentária e financeira do custeio das IFES	Garantia de não dos contingenciamento recursos das IFES	Humberto Costa
6	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Inserção de artigo para limitação de até 15% das dotações do FNDCT para o ano de 2023 para as operações com recursos reembolsáveis no âmbito	Critério para os recursos reembolsáveis do FNDCT	Humberto Costa
7	Modificativa - Corpo da Lei, Cap VII, Seção I, Art 115	Autorização para concessão de gratificação variável por desempenho estabelecida em lei específica	Autorização para pagamento de Gratificação por Desempenho prevista em lei	Rogério Carvalho
8	Modificativa - Corpo da Lei, Cap VII, Se Aditiva Corpo da lei - Artigo 156 ção II, Art 126	Vedação de reajustes dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em 2023 maiores do que a variação do IPCA	Limitação da revisão dos benefícios à variação do IPCA	Rogério Carvalho

9	Modificativa - Corpo da Lei, Cap IV, Seção IX, Art 69, Inciso I	Continuidade de projetos prioritários constantes do Anexo III da Lei nº 13.971, de 2019 (PPA 2020- 2023), em conformidade com os critérios de seleção e priorização agregados na Resolução nº 1, de 2019, do Comitê Interministerial de Governança	Execução Provisória - PLOA	Wellington Fagundes
10	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção I, Art 70, § 3	Estabelecimento de prazos para emissão da nota de empenho, celebração do instrumento, verificação do cumprimento das obrigações do conveniente, liquidação e pagamento dos valores devidos pela União, conforme ordem cronológica das verificações de adimplemento das obrigações assumidas pelo convenientes	Execução orçamentária de convênios	Wellington Fagundes
11	Aditiva - Corpo da Lei, Cap II, Art 2, § 2	Ajuste da meta de resultado primário conforme projeção mais atualizada para o IPCA disponível no momento da aprovação do PLDO	Meta de resultado primário (atualização da projeção do IPCA)	Wellington Fagundes
12	Modificativa - Corpo da Lei, Cap II, Art 2, § 2	Não incidência do teto de gastos sobre determinadas despesas primárias	Meta de resultado primário (exclusão de despesas)	Wellington Fagundes
13	Supressiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 24	Faculdade de o Poder Legislativo considerar estimativa mais atualizada de IPCA para teto de gastos primários	Exclusão de restrição ao reajuste do teto de gasto pelo Congresso Nacional	Wellington Fagundes
14	Aditiva - Corpo da Lei, Cap XI, Art 156	Inserção de exigência legal para posterior incorporação à legislação permanente do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento ora versado em legislação infralegal	Obras e serviços de engenharia	Wellington Fagundes
15	Aditiva - Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 47	Valorização do salário mínimo e do trabalhador brasileiro pelo reajuste por INPC e correção pelo PIB	Salário-mínimo em 2023	Wellington Fagundes